RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

Atuação da atenção primária no reconhecimento e manejo dos casos de violência doméstica: percepções, desafios e estratégias dos agentes comunitários de saúde

Primary health care performance in the recognition and management of domestic violence cases: perceptions, challenges and strategies of community health workers

Actuación de la atención primaria en el reconocimiento y manejo de los casos de violencia doméstica: percepciones, desafíos y estrategias de los agentes comunitarios de salud

Ana Beatriz Ferreira Adonias – Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Patos, Paraíba, Brasil. E-mail: anabeatrizferreiraadonias@gmail.com
William Felipe Pereira – Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Patos, Paraíba, Brasil. E-mail: williamfellipe@outlook.com
Alba Rejane Gomes de Moura Rodrigues – Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. Membra do Grupo de Pesquisa Violência em Saúde (GPVS/CNPq). E-mail: rejanegomesmoura@gmail.com
Roberta de Miranda Henriques Freire – Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. Membra do Grupo Interdisciplinar em Saúde Mental e Envelhecimento (GPISME/CNPq). E-mail: roberta.miranda@professor.ufcg.edu.br
Aissa Romina Silva do Nascimento – Doutora em sociologia (PPGS/UFPB). Docente da Unidade Acadêmica de Enfermagem (UAENF), Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. Membra do Grupo Interdisciplinar em Saúde Mental e Envelhecimento (GPISME/CNPq). E-mail: aissa.romina@professor.ufcg.edu.br

Resumo: A violência doméstica configura-se como um grave problema de saúde pública, com impactos significativos na saúde física e mental das vítimas, especialmente das mulheres. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel fundamental no reconhecimento, acolhimento e encaminhamento dos casos, sendo os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) profissionais estratégicos por sua proximidade com as famílias e o território. O presente estudo tem como objetivo investigar a atuação das ACS no reconhecimento e manejo dos casos de violência doméstica, considerando suas percepções, desafios e estratégias no âmbito da APS. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem quantitativa, com delineamento transversal e caráter exploratório-descritivo. A população foi composta por Agentes Comunitários de Saúde atuantes em Patos, município do Sertão da Paraíba, com amostra de 20 participantes selecionados por conveniência. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado contendo questões sobre características sociodemográficas, reconhecimento de sinais de violência, dificuldades enfrentadas, estratégias adotadas e necessidades de capacitação. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando o software SPSS, versão 25. Os resultados contribuíram para a compreensão das limitações e potencialidades da atuação das ACS frente à violência doméstica, subsidiando a elaboração de estratégias de qualificação profissional, fortalecimento da rede de atenção e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa problemática.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Violência Doméstica. Agentes Comunitários de Saúde.

Abstract: Domestic violence is a major public health issue, with significant impacts on the physical and mental health of victims, particularly women. In this context, Primary Health Care (PHC) plays a key role in the identification, reception, and referral of domestic violence cases, while Community Health Workers (CHWs) are considered strategic professionals due to their close relationship with families and the community. This study aimed to investigate the role of Community Health Workers in the recognition and management of domestic violence cases, considering their perceptions, challenges, and strategies within Primary Health Care. This was a cross-sectional, exploratory-descriptive field study with a quantitative approach. The study

population consisted of Community Health Workers working in the municipality of Patos, Paraíba, Brazil, and the sample comprised 20 participants selected by convenience sampling. Data were collected through a semi-structured questionnaire addressing sociodemographic characteristics, recognition of signs of domestic violence, challenges encountered, strategies adopted, and training needs. Data were analyzed using descriptive statistics with IBM SPSS Statistics, version 25. The findings contributed to a better understanding of the limitations and potentialities of Community Health Workers' performance in addressing domestic violence, providing evidence to support professional training, strengthen the health care network, and improve public policies aimed at preventing and addressing domestic violence.

Keywords: Primary Health Care. Domestic Violence. Community Health Workers.

Resumen: La violencia doméstica constituye un grave problema de salud pública, con impactos significativos en la salud física y mental de las víctimas, especialmente de las mujeres. En este contexto, la Atención Primaria de Salud (APS) desempeña un papel fundamental en el reconocimiento, la acogida y la derivación de los casos, y los Agentes Comunitarios de Salud (ACS) son profesionales estratégicos por su proximidad a las familias y al territorio. El presente estudio tuvo como objetivo investigar la actuación de los ACS en el reconocimiento y manejo de los casos de violencia doméstica, considerando sus percepciones, desafíos y estrategias en el ámbito de la APS. Se trata de una investigación de campo, con enfoque cuantitativo, diseño transversal y carácter exploratorio-descriptivo. La población estuvo compuesta por Agentes Comunitarios de Salud que trabajan en Patos, municipio del Sertão de Paraíba, con una muestra de 20 participantes seleccionados por conveniencia. La recolección de datos se realizó mediante un cuestionario semiestructurado sobre características sociodemográficas, reconocimiento de señales de violencia, dificultades enfrentadas, estrategias adoptadas y necesidades de capacitación. Los datos se analizaron mediante estadística descriptiva, utilizando el programa SPSS, versión 25. Los resultados contribuyeron a comprender las limitaciones y potencialidades de la actuación de los ACS frente a la violencia doméstica, respaldando la elaboración de estrategias de cualificación profesional, el fortalecimiento de la red de atención y el perfeccionamiento de las políticas públicas dirigidas al enfrentamiento de esta problemática.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud. Violencia Doméstica. Agentes Comunitarios de Salud.

1. Introdução

A violência doméstica representa um fenômeno social complexo e de grande magnitude, influenciado por fatores culturais, econômicos, éticos, religiosos e relacionados às desigualdades de gênero. Sua ocorrência independe da condição social das pessoas, alcançando diferentes grupos populacionais e colocando as vítimas em contextos marcados pela vulnerabilidade, violação de direitos e prejuízos à saúde e ao bem-estar (Oliveira, 2020).

Diante disso, a Lei n° 11.340/06 de Brasil (2006), intitulada Maria da Penha, surge como resposta à reivindicação dos movimentos sociais e feministas cobrando do Estado a responsabilização dos agressores e o reconhecimento da violência, a qual aponta que a violência

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

doméstica abrange toda e qualquer forma de violência dentro do contexto familiar, sendo admitido como um espaço de convívio permanente de pessoas, apresentando ou não vínculos familiares. Esse tipo de violência produz repercussões significativas na saúde da mulher, ocasionando não apenas agravos físicos, mas também comprometimentos importantes à saúde mental, com impactos que podem afetar sua qualidade de vida e funcionamento psicossocial. (Silva et al., 2019).

Assim, a atuação da Atenção Primária à Saúde (APS) no reconhecimento e manejo dos casos de violência doméstica tem uma importância social para a quebra do ciclo da violência, uma vez que a APS é vista como a porta preferencial de entrada dos serviços e realizam o acompanhamento longitudinal dos pacientes, assim, é preciso que os agentes comunitários de saúde, juntamente com os demais profissionais saibam identificar, manejar e acolher as vítimas, exercendo com a equipe condutas de notificações e encaminhamentos (Silva et al., 2019).

Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, os homens ocupam, historicamente, uma posição de maior poder em relação às mulheres, favorecendo a manutenção de desigualdades de gênero, especialmente no desempenho dos papéis sociais. Nesse contexto, as relações assimétricas de poder podem se manifestar por meio de diferentes formas de violência, utilizadas como mecanismo de controle, dominação e manutenção dessas desigualdades (Silva et al., 2020). Nessa perspectiva, quando essas relações de poder se manifestam no ambiente doméstico, observa-se, em muitos casos, a submissão da mulher decorrente da atuação opressiva da figura masculina, ocorrendo por diferentes meios, seja manipulação, humilhação, agressões físicas, violência verbal ou outras formas de controle e coerção (Brasil, 2018).

Por ocorrer predominantemente no âmbito privado, a violência doméstica tende a permanecer invisibilizada, dificultando a mensuração precisa dos dados. Como consequência, a elevada ocorrência de subnotificações compromete a identificação da real dimensão desse fenômeno, contribuindo para a ocultação de sua complexidade e de seus impactos sociais e em saúde (Freitas; Silva, 2019). Sendo assim, o reconhecimento e manejo dos casos e as percepções e estratégias dos agentes comunitários de saúde exerce um papel importante para a psicologia através de um modelo que vise a atenção e o cuidado a saúde mental, com o objetivo de minimizar os danos psicológicos gerados (Freitas; Silva, 2019). Desse modo, estabeleceu-se o problema da pesquisa: De que maneira as limitações estruturais, formativas e emocionais enfrentadas pelos Agentes Comunitários de Saúde impactam o reconhecimento e o manejo dos casos de violência doméstica no âmbito da Atenção Primária a Saúde?

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

2 Marco Teórico

2.1 Atenção Primária à Saúde

A Atenção Primária à Saúde (APS), representa o primeiro nível de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável pela oferta de ações assistenciais direcionadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, baseando a sua atuação no acompanhamento contínuo das famílias e da população vinculada ao território, favorecendo a integralidade e a longitudinalidade do cuidado (Sellera et al., 2020). Além disso, a Atenção Primária à Saúde (APS) e seus profissionais desempenham papel fundamental no enfrentamento da violência doméstica, por meio do acolhimento e da assistência às vítimas. Por estarem inseridos de forma mais próxima à comunidade, esses serviços favorecem a identificação das situações de violência e possibilitam o encaminhamento das mulheres para diferentes modalidades de atendimento e suporte (D´ Oliveira et al., 2020).

Assim, ao atenderem mulheres em situação de violência, os profissionais da APS realizam uma avaliação integral, contemplando a coleta de informações, a notificação dos casos e o acionamento dos serviços que compõem a rede de atenção e proteção. Nesse contexto, promovem o acompanhamento contínuo das vítimas por meio de estratégias como as visitas domiciliares, fortalecendo o vínculo e assegurando a continuidade do cuidado. (Ferreira et al., 2020).

Os profissionais de saúde que atuam na Atenção Primária à Saúde desempenham papel essencial na identificação e no atendimento de situações de violência doméstica, sobretudo durante a realização de visitas domiciliares, que possibilitam maior aproximação com o contexto familiar e favorecem o reconhecimento de sinais e indícios de violência (Magalhães et al., 2020). Assim, o manejo adequado da situação, aliado ao acolhimento e ao suporte ofertados às mulheres em situação de violência, constitui um elemento essencial na assistência prestada na Atenção Primária à Saúde. Essas estratégias promovem um cuidado humanizado, baseado na escuta qualificada, no diálogo e no fortalecimento da autonomia das vítimas, contribuindo para a redução dos impactos decorrentes da violência e favorecendo o acesso aos mecanismos de proteção, apoio e denúncia (Magalhães et al., 2020). Diante disso, é necessário que os profissionais da Atenção Primária à Saúde adotem um olhar ampliado e uma postura comprometida diante dos casos de violência doméstica, ultrapassando a abordagem centrada exclusivamente nas queixas físicas e nos sintomas apresentados pelas vítimas (Terra; D´ Oliveira, 2022).

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

A APS constitui o principal espaço para a efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, sendo, em muitos casos, é o primeiro ponto de contato das mulheres em situação de violência doméstica com os serviços de saúde. Entretanto, observa-se que grande parte dos profissionais não recebeu qualificação e capacitação adequadas para o reconhecimento, o manejo e o atendimento desses casos (Terra; D´Oliveira, 2022). E muitos ainda não associam a violência como um problema de saúde e como consequência, os casos são frequentemente encaminhados a outros serviços da rede, transferindo-lhes a responsabilidade pelo acompanhamento. Essa prática configura uma barreira para a identificação, a visibilidade e a assistência integral às mulheres em situação de violência que buscam atendimento (Fusquine; Souza; Chagas, 2021).

Em uma realidade na qual casos de violência contra a mulher estão cada vez mais presentes, é de extrema importância que a APS ofereça acolhimento e suporte a essas vítimas e saiba reconhecer esses casos, visto que a maioria não chega à unidade básica de saúde (UBS) como queixa explícita e sim através de doença crônica, infecções urinárias recorrentes, infecções sexualmente transmissíveis, doenças psicológicas (como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático) e alcoolismo, além de uma baixa produtividade e comprometimento no trabalho (Ribeiro, 2022).

2.2 Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS

A atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na Atenção Primária apresenta uma série de percepções que refletem tanto aspectos positivos quanto desafios intrínsecos à prática profissional, o trabalho desses profissionais está diretamente ligado às condições sociais e ambientais dos territórios onde atuam, influenciando diretamente sua rotina de trabalho e sua própria saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e exposição a riscos ocupacionais (Souza et al., 2025). Tal percepção evidencia a complexidade das ações desenvolvidas pelos ACS, que vão além de visitas domiciliares e envolvem compreensão das dinâmicas comunitárias e das necessidades específicas dos usuários da atenção básica (Souza et al., 2025).

Apesar de seu papel essencial, os ACS enfrentam desafios organizacionais e estruturais que podem limitar seu desempenho. A integração com equipes multiprofissionais, por exemplo, é frequentemente apontada como uma dificuldade, devido à comunicação falha, à falta de reconhecimento de suas contribuições e à definição pouco clara de funções dentro da atenção primária à saúde. A pesquisa sobre a integração de agentes demonstra que esses profissionais

muitas vezes operam em condições de cooperação fragmentada, o que pode comprometer a eficácia das estratégias de cuidado e reduzir a visibilidade de seu trabalho no planejamento das ações em saúde (Rafael et al., 2024).

As estratégias adotadas pelos ACS para enfrentar tais desafios envolvem tanto o fortalecimento de laços com a comunidade quanto a busca por capacitação contínua. A formação permanente e o desenvolvimento de habilidades específicas, como comunicação e educação em saúde, são fundamentais para aumentar a capacidade de resposta desses profissionais diante de demandas complexas no território. A construção de relações de confiança com a população também aparece como uma estratégia-chave para facilitar o acesso aos serviços de saúde, bem como para promover mudanças comportamentais e adesão às práticas preventivas (Souza et al., 2025).

Por fim, as percepções dos ACS sobre suas práticas revelam a importância de políticas públicas que valorizem sua atuação, promovam melhor articulação com a equipe de saúde e garantam recursos adequados para o desenvolvimento de suas atividades. A pesquisa qualitativa mostra que, embora esses profissionais reconheçam as potencialidades do seu trabalho na promoção da saúde e vigilância em saúde, a falta de apoio institucional e de estratégias claras de integração em políticas de atenção básica representa um obstáculo significativo para o alcance de resultados mais contundentes no cuidado à população. Nesse sentido, a adoção de práticas colaborativas e a ampliação de oportunidades de formação podem fortalecer o papel das ACS como agentes estratégicos da APS (Souza et al., 2025).

3. Material e Método

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, pois, conforme Severino (2016) neste tipo de pesquisa são observados os fatos e fenômenos exatamente como acontece no real, com base numa fundamentação teórica consistente, tendo como objetivo compreender e explicar o problema desta pesquisa.

A pesquisa é do tipo exploratória, pois trata-se quando o tema é novo e não constituem estudos significativos e fontes referenciais satisfatórios, ajustado para estabelecer um problema com investigação mais concreta para formulação das hipóteses (Martins Júnior, 2015).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, pois segundo Severino (2016), os seus resultados podem ser quantificados, as amostras geralmente são grandes e representativas da população. Esse tipo de pesquisa se centra na objetividade, influencia-se pelo positivismo,

considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

4. Resultados e Discussão

Para melhor compreensão dos achados, os resultados estão distribuídos conforme os eixos de investigação do estudo, contemplando a caracterização dos participantes, o reconhecimento dos sinais de violência doméstica, os desafios e limitações enfrentados pelos profissionais da Atenção Primária à Saúde e as estratégias adotadas para o reconhecimento, manejo e encaminhamento dos casos.

Tabela 1 – Caracterização dos participantes

Variável/Pergunta	Categoria/Alternativa	Frequência (n)	Percentual (%)
Faixa etária	18 a 25 anos	4	20%
Faixa etária	26 a 35 anos	1	5%
Faixa etária	36 a 45 anos	3	15%
Faixa etária	46 a 55 anos	11	55%
Faixa etária	Acima de 55 anos	1	5%
Tempo de atuação	Menos de 1 ano	1	5%
Tempo de atuação	1 a 5 anos	3	15%
Tempo de atuação	6 a 10 anos	2	10%
Tempo de atuação	11 a 15 anos	1	5%
Tempo de atuação	Mais de 15 anos	13	65%
Escolaridade	Ensino Fundamental	0	0%
Escolaridade	Ensino Médio	4	20%
Escolaridade	Curso Técnico	8	40%
Escolaridade	Ensino Superior	2	10%
Escolaridade	Pós-graduação	6	30%
Capacitação	Sim	11	55%
Capacitação	Não	9	45%
Tipo de capacitação	Curso de curta duração	4	20%
Tipo de capacitação	Secretaria de Saúde	5	25%
Tipo de capacitação	Formação continuada	0	0%
Total		20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica e profissional das participantes do estudo. Houve predominância de profissionais com idade entre 46 e 55 anos (55%) e com mais de 15 anos de atuação na Atenção Primária à Saúde (65%), indicando uma amostra composta, em sua maioria, por trabalhadoras com ampla experiência na assistência. Em relação à escolaridade, prevaleceu a formação técnica (40%), seguida da pós-graduação (30%). Quanto à capacitação para o reconhecimento e manejo da violência doméstica, 55% das participantes relataram ter recebido algum treinamento, sendo que, entre essas, 25% participaram de cursos ofertados pela Secretaria de Saúde.

Diante disso, notou-se que a expressiva experiência profissional observada pode favorecer o estabelecimento de vínculo com os usuários e a identificação de situações de violência doméstica, aspectos considerados fundamentais para o reconhecimento de casos frequentemente invisibilizados nos serviços de saúde (Meira, 2024). Contudo, a experiência acumulada não se mostra suficiente para assegurar uma atuação qualificada diante dessa problemática, conforme descrito por Rafael et al. (2024), ao destacarem que fragilidades na formação inicial e na educação permanente dos profissionais da Atenção Primária à Saúde podem comprometer o reconhecimento precoce dos casos, o acolhimento, a notificação e os encaminhamentos adequados. Assim, os resultados reforçam a necessidade de investimentos contínuos em educação permanente, visando fortalecer as competências dos profissionais e qualificar a resposta da APS no enfrentamento da violência doméstica.

Tabela 2 – Reconhecimento de sinais dos casos de violência doméstica

Variável/Pergunta	Categoria/Alternativa	Frequência (n)	Percentual (%)
Identificou casos?	Sim	14	70%
Identificou casos?	Não	6	30%
Sinais	Lesões físicas	10	50%
Sinais	Mudanças de comportamento	10	50%
Sinais	Isolamento social	9	45%
Sinais	Relatos indiretos	14	70%
Sinais	Outros	2	10%
Vínculo facilita?	Sim	16	80%
Vínculo facilita?	Parcialmente	4	20%
Vínculo facilita?	Não	0	0%
Preparado para reconhecer casos?	Sim	9	45%

Preparado para reconhecer casos?	Parcialmente	9	45%
Preparado para reconhecer casos?	Não	2	10%
Dificuldades	Falta de capacitação	4	20%
Dificuldades	Vítima não relata	14	70%
Dificuldades	Medo de conflitos	12	60%
Dificuldades	Falta de protocolos	6	30%
Dificuldades	Naturalização	8	40%
Dificuldades	Falta de apoio	1	5%
Dificuldades	Falta de tempo	1	5%
Dificuldades	Outros	1	5%
Total		20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

No que se refere ao reconhecimento dos sinais de violência doméstica, 70% dos Agentes Comunitários de Saúde relataram já ter identificado casos em sua prática profissional, sendo os relatos indiretos das vítimas o principal indicativo para esse reconhecimento (70%). O vínculo estabelecido com os usuários também foi apontado como um importante facilitador desse processo (80%), evidenciando a relevância da longitudinalidade do cuidado na APS. Apesar disso, 45% dos participantes referiram sentir-se apenas parcialmente preparados para reconhecer essas situações, destacando como principais dificuldades a ausência de relatos espontâneos das vítimas (70%), o receio de conflitos decorrentes da abordagem (60%) e a naturalização da violência no contexto familiar e social (40%). Esses achados sugerem que, embora a proximidade com a comunidade favoreça a identificação dos casos, persistem fatores que dificultam uma atuação segura e efetiva. Ressalta-se que, em algumas questões, foi permitida a seleção de mais de uma alternativa, razão pela qual a soma das frequências e dos percentuais pode ultrapassar o total de participantes.

Os resultados corroboram Mello (2025), ao evidenciar que a insuficiência de capacitação, a fragilidade do suporte institucional e as dificuldades na articulação da rede de atenção podem comprometer a qualidade da assistência, limitando o reconhecimento precoce e o manejo adequado dos casos de violência doméstica. Da mesma forma, Souza et al. (2025) destacam que a violência permanece frequentemente ocultada nos serviços de saúde em decorrência do silêncio das vítimas, influenciado pelo medo, pela dependência emocional e financeira, pela vergonha e pelo receio de represálias. Nesse contexto, os dados reforçam a

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

necessidade de fortalecer a educação permanente, ampliar o suporte institucional e consolidar a articulação da rede de proteção, favorecendo a construção de vínculos, a oferta de um ambiente seguro e acolhedor e a implementação de intervenções oportunas frente às situações de violência doméstica.

Tabela 3 – Desafios e limitações encontrados pelos Agentes Comunitários de Saúde

Variável/Pergunta	Categoria/Alternativa	Frequência (n)	Percentual (%)
Já acompanhou caso?	Sim	10	50%
Já acompanhou caso?	Não	10	50%
Desafios	Falta de capacitação	2	10%
Desafios	Falta de apoio institucional	2	10%
Desafios	Medo de represálias	5	25%
Desafios	Dificuldade de Comunicação	4	20%
Desafios	Articulação da rede	5	25%
Desafios	Outros	2	10%
Limitações estruturais	Sim	16	80%
Limitações estruturais	Parcialmente	3	15%
Limitações estruturais	Não	1	5%
Afetada emocionalmente	Sim	9	45%
Afetada emocionalmente	Às vezes	7	35%
Afetada emocionalmente	Não	4	20%
Impactos	Impotência	14	70%
Impactos	Tristeza	9	45%
Impactos	Estresse	4	20%
Impactos	Medo	10	50%
Impactos	Ansiedade	4	20%
Impactos	Sobrecarga	6	30%
Impactos	Dificuldade em desligar	3	15%
Impactos	Nenhum	0	0%
Impactos	Outros	2	10%
Total		20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Em relação aos desafios e às limitações enfrentados pelos Agentes Comunitários de Saúde, verificou-se que metade dos participantes já havia acompanhado casos de violência

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

doméstica em sua prática profissional. Entre os principais desafios, destacaram-se o medo de represálias (25%) e as dificuldades na articulação da rede de proteção (25%). As limitações estruturais também foram amplamente reconhecidas, sendo apontadas por 80% das participantes como fatores que dificultam o manejo dessas situações. Além disso, a atuação frente aos casos de violência doméstica mostrou-se associada a importantes repercussões emocionais, relatadas por 45% das profissionais, com predominância dos sentimentos de impotência (70%), medo (50%) e tristeza (45%). Esses achados evidenciam que o enfrentamento da violência doméstica envolve obstáculos que transcendem a esfera técnica, refletindo fragilidades organizacionais dos serviços e impactos significativos sobre a saúde emocional das profissionais. Ressalta-se que, nas questões em que era permitida a seleção de múltiplas alternativas, os participantes puderam indicar mais de um desafio e mais de um impacto emocional, razão pela qual a soma das frequências e dos percentuais pode ultrapassar o total de respondentes.

Destarte, os aspectos identificados confirmam Pereira (2024), ao demonstrar que a atuação frente à violência doméstica requer não apenas preparo técnico, mas também suporte institucional, articulação intersetorial e espaços de acolhimento destinados às equipes de saúde. A exposição recorrente a essas situações pode desencadear sofrimento psíquico, desgaste emocional e sentimentos de impotência, comprometendo a qualidade da assistência prestada. Nessa mesma perspectiva, Ribeiro (2022) ressalta que o fortalecimento da rede de atenção, a definição de fluxos e protocolos assistenciais e o investimento contínuo em educação permanente e apoio psicossocial constituem estratégias fundamentais para qualificar o cuidado. Assim, as informações obtidas reforçam que o enfrentamento da violência doméstica demanda ações integradas que contemplem, simultaneamente, o fortalecimento da estrutura dos serviços, a qualificação profissional e o cuidado com a saúde mental dos Agentes Comunitários de Saúde, favorecendo uma assistência mais resolutiva, humanizada e alinhada aos princípios da integralidade do cuidado.

Tabela 4 – Estratégias realizadas pelos Agentes comunitários de Saúde

Variável/Pergunta	Categoria/Alternativa	Frequência (n)	Percentual (%)
Atitude	Conversar	6	30%
Atitude	Informar equipe	11	55%
Atitude	Encaminhar	0	0%
Atitude	Registrar	2	10%
Atitude	Outro	1	5%
Conhece a rede?	Sim	8	40%

Conhece a rede?	Parcialmente	10	50%
Conhece a rede?	Não	2	10%
Serviços	UBS	14	70%
Serviços	Assistência Social	7	35%
Serviços	Conselho Tutelar	2	10%
Serviços	Delegacia	4	20%
Serviços	CRAS/CREAS	4	20%
Serviços	Outro	0	0%
Discussão em equipe	Sempre	3	15%
Discussão em equipe	Às vezes	12	60%
Discussão em equipe	Nunca	5	25%
Total		20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Na Tabela 4, constata-se que a comunicação da situação à equipe foi a conduta mais frequentemente mencionada, seguida do diálogo com a vítima. Verificou-se, ainda, que 40% tem conhecimento parcial da rede de apoio, sendo a Unidade Básica de Saúde (70%) o serviço mais citado como referência para o cuidado. Quanto ao trabalho multiprofissional, constatou-se que a discussão dos casos ocorre, em sua maioria, de forma ocasional, evidenciando a necessidade de fortalecer os espaços de articulação, planejamento e tomada de decisão compartilhada entre as equipes, de modo a qualificar o cuidado e favorecer a integralidade da assistência.

Por fim, o conhecimento apenas parcial da rede de atenção e proteção, aliado à baixa frequência de discussões sistemáticas entre as equipes, evidencia fragilidades na articulação intersetorial e na organização do cuidado às pessoas em situação de violência doméstica. Reforçando os apontamentos de Souza (2025), ao destacar que uma resposta efetiva a essa problemática depende da integração entre os serviços de saúde, assistência social, segurança pública e sistema de justiça, bem como da existência de fluxos assistenciais bem definidos e de uma comunicação articulada entre os diferentes pontos da rede. Essa compreensão também é compartilhada por Machineski et al. (2023), que ressaltam que a assistência às mulheres em situação de violência exige uma rede articulada e integrada, capaz de promover um cuidado contínuo, acolhedor e resolutivo, superando práticas fragmentadas na Atenção Primária à Saúde.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 31/07/2026 | aceito: 03/08/2026 | publicação: 06/08/2026

Tabela 5 – Necessidades encontradas pelos Agentes Comunitários de Saúde

Variável/Pergunta	Categoria/Alternativa	Frequência (n)	Percentual (%)
Precisa de capacitação?	Sim	19	95%
Precisa de capacitação?	Não	1	5%
Apoio necessário	Capacitação	7	35%
Apoio necessário	Apoio psicológico	8	40%
Apoio necessário	Protocolos	1	5%
Apoio necessário	Integração da rede	4	20%
Apoio necessário	Outro	0	0%
Suporte suficiente?	Sim	2	10%
Suporte suficiente?	Parcialmente	8	40%
Suporte suficiente?	Não	10	50%
Melhorias	Mais capacitação	18	90%
Melhorias	Protocolos	9	45%
Melhorias	Apoio multiprofissional	12	60%
Melhorias	Articulação da rede	11	55%
Melhorias	Apoio psicológico	11	55%
Melhorias	Reuniões	10	50%
Melhorias	Melhores condições	11	55%
Melhorias	Outro	0	0%
Total		20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados relacionados a tabela 5 demonstram que a quase totalidade dos participantes (95%) reconheceu a necessidade de capacitação específica sobre a temática, sobre o apoio, 40% dos participantes afirmaram necessitar de assistência psicológica, acerca das melhorias, 90% afirma a necessidade de mais capacitação, considerando que os mesmos puderam assinalar mais de uma necessidade de apoio e mais de uma proposta de melhoria para qualificar a assistência. Assim, a maioria considerou insuficiente o suporte institucional disponível, destacando a importância de investimentos em educação permanente, apoio multiprofissional, fortalecimento da articulação da rede de proteção, apoio psicológico aos profissionais e melhoria das condições de trabalho. Esses achados evidenciam a percepção dos participantes quanto à necessidade de qualificar tanto o preparo técnico quanto o suporte organizacional para o reconhecimento e manejo dos casos de violência doméstica na Atenção Primária à Saúde.

Dessa forma, o fortalecimento da atuação intersetorial, associado à consolidação de protocolos, à educação permanente e ao aprimoramento dos processos de trabalho, mostra-se essencial para promover uma assistência mais qualificada, resolutiva, humanizada e integral, em consonância com os princípios e diretrizes das políticas públicas brasileiras voltadas ao enfrentamento da violência doméstica. Essa compreensão reforça o que Trindade et al. (2022), ao destacarem que a qualificação contínua dos profissionais, a definição de fluxos assistenciais e o fortalecimento da articulação entre os diferentes setores da rede de atenção são elementos indispensáveis para assegurar o reconhecimento precoce dos casos, a continuidade do cuidado e a efetividade das ações de enfrentamento à violência.

Considerações Finais

Os resultados deste estudo evidenciam que os Agentes Comunitários de Saúde desempenham papel fundamental no reconhecimento da violência doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde, favorecido pelo vínculo estabelecido com as famílias e pela proximidade com o território. Entretanto, sua atuação ainda é limitada por desafios como a ausência de relatos espontâneos das vítimas, o medo de represálias, a naturalização da violência, as fragilidades na articulação da rede de proteção e a insuficiência de suporte institucional, além das repercussões emocionais decorrentes do manejo desses casos.

Nesse contexto, os achados reforçam a necessidade de fortalecer a educação permanente, a implementação de protocolos assistenciais e a articulação entre os serviços que compõem a rede de proteção, de modo a ampliar o suporte técnico e institucional aos profissionais e qualificar a assistência às pessoas em situação de violência. Dessa forma, o estudo contribui para subsidiar gestores e equipes de saúde no planejamento de ações voltadas ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da violência doméstica.

Por fim, considerando a escassez de estudos que investigam especificamente a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde frente à violência doméstica, recomenda-se a realização de novas pesquisas que ampliem a produção científica sobre a temática, incluindo diferentes contextos da Atenção Primária à Saúde e avaliando estratégias que contribuam para o aprimoramento da assistência e da organização da rede de atenção às pessoas em situação de violência.

Referências

AGUIAR, Janaina Marques de et al. Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais. Saúde e Sociedade, v. 32, p. e220266pt, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério. Violência contra a mulher: Um olhar do Ministério Público brasileiro. Brasília: CNMP, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 24, p. 1-17, 2020.

FERREIRA, José Erivelton de Souza Maciel et al. Sistemas de Informação em Saúde no apoio à gestão da Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde, v. 14, n. 4, p. 970-982, 2020.

FREITAS, Camila Guarini; SILVA, Roberta Barbosa. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. Revista Mosaico, v. 10, n. 1, p. 79-87, 2019.

FUSQUINE, Rafaela Serrano; SOUZA, Yasmin Alves; CHAGAS, Aucely Corrêa Fernandes. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. Revista Psicologia e Saúde, v. 13, n. 1, p. 113-124, 2021.

MACHINESKI, Gicelle Galvan. O significado do cuidado para mulheres vítimas de violência doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde. Saúde em Debate , v. 47, p. 931-940, 2023.

MAGALHÃES, Viviane Maria de Pádua Rios et al. Validação de álbum seriado para enfermeiros da atenção básica sobre a violência doméstica contra a mulher. Cogitare enfermagem, v. 25, p. 1-13, 2020.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MEIRA, Mary Luce Melquiades. Um estudo exploratório acerca da formação e prática do enfermeiro, na Estratégia de Saúde da Família, considerando-se o fenômeno da violência doméstica contra a mulher. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MELLO, Rafaela Zago de et al. Representações sociais dos Agentes Comunitários de Saúde sobre a violência doméstica contra as mulheres em um município de fronteira. 2025.

OLIVEIRA, Carliane Ribeiro. O Enfrentamento ao Fenômeno da Violência Doméstica e as Formas de Atendimento à Mulher. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 13, n. 12, p. 134-172, 2020.

PEREIRA, Stephanie et al. Avaliação de intervenção para aprimorar a resposta da Atenção Primária à Saúde ao cuidado de casos de violência doméstica contra a mulher-São Paulo, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, p. e02982024, 2024.

RAFAEL, C. R. P. et al. Integração Multidisciplinar na Atenção Primária à Saúde: desafios e perspectivas dos agentes de saúde no programa saúde com agente. RENOTE, v. 22, n. 2, p. 553-560, 2024.

RIBEIRO, Patrícia. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. 2022.

SELLERA, Paulo Eduardo Guedes et al. Monitoramento e avaliação dos atributos da Atenção Primária à Saúde em nível nacional: novos desafios. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1401-1412, 2020.

SILVA, Ana Fernanda Carnelosso et al. Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. Research, Society and Development, v. 9, n. 3, p. p. 1-17, 2020.

SILVA, Fernanda Marinho da et al. Gênero e Poder: uma relação histórica. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. Anais... São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

SOUZA, M. V. et al. Percepção dos agentes comunitários sobre o trabalho na Estratégia Saúde da Família: estudo observacional. Revista Científica Integrada, v. 8, n. 1, p. e202519, 2025. DOI:10.59464/2359-4632.2025.3734.

TERRA, Maria Fernanda; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Análise das trajetórias assistenciais ofertadas às mulheres em situação de violência doméstica de gênero na Atenção Primária à Saúde. Saúde em Redes, v. 8, n. 3, p. 163-181, 2022.

TRINDADE, Carolina Sturm et al. O profissional da Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica e o enfrentamento à violência doméstica: uma revisão integrativa. Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 75-88, 2022.